

Cooptação e democracia

Não é de hoje, vem desde a vitória eleitoral exuberante para a Presidência da República, mas algo escassa no tocante à representação executiva e legislativa dos Estados, que o governo federal optou pela dispensa de formalidades para construir a maioria não obtida nas urnas.

Nunca antes, porém, o presidente Luiz Inácio da Silva havia se disposto ao papel de cooptador de parlamentares em partidos de oposição. Aliás, nunca havíamos visto – nem José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco ou Fernando Henrique Cardoso – o presidente da República ir pessoalmente à caça da adesão dos potencial ou claramente infieis.

Quando PT, PC do B, PSB e PCB (depois PPS) eram oposição, não se tem notícia de que tenham sofrido investida semelhante, não obstante a existência de divergências internas nesses partidos.

Mas, argumentará o atento leitor, eram outros os tempos, aqueles eram governos com maiorias congressuais asseguradas na origem e, como sem Congresso não há governo que se sustente, a cooptação no caso tem o sentido de autodefesa e preservação políticas.

O problema de partir desta premissa é que, com ela, chegamos no máximo a um sofisma, nunca a um silogismo completo, no que tange aos princípios da democracia representativa.

Se o ponto de partida é o voto do eleitor, o pressuposto para que se preserve o sentido da eleição é o respeito devido a ele em toda a extensão de seu prazo de validade, quatro anos.

A cooptação pretende se interpor entre a vontade do eleitor e o exercício da representação. É uma maneira artificial de alterar o resultado da eleição. O eleitor põe (o voto na urna) e o cooptador dispõe (a manifestação dessa vontade a serviço de suas melhores conveniências).

Exatamente por ser um artifício, é difícil dar certo. Vejamos o que aconteceu no início do governo com o PMDB. A direção formal foi atropelada, os contrários à aliança ignorados, e o acordo firmado diretamente com os dois próceres do partido no Senado, José Sarney e Renan Calheiros.

O PMDB ganhou dois ministérios, mas nem assim os signatários do acordo conseguiram garantir a entrega da mercadoria prometida: os votos. A vida do governo no Senado não melhorou um centímetro por causa da aliança com o partido. Ao contrário, hoje Sarney e Renan cobram a mesma fatura – a presidência do Senado –, tornando o Palácio do Planalto refém de um problema e não dono de uma solução. Ou seja, se a alguém custou essa cooptação não foi ao PMDB.

Tanto saiu caro para o governo, que agora está sendo obrigado a sair atrás de Antonio Carlos Magalhães para promover defecções no PFL, envolvendo-se na vida interna de outro partido e usando, para isso, instrumentos de poder. Digamos que para o PT seja, em termos de descendência moral, um Irajá e tanto este onde o partido foi chegar.

Por mais boa vontade que se queira ter com a impessoalidade do jantar que reuniria ontem o presidente Lula a um grupo de senadores do PFL, seria necessário mais que isso – privação de sentidos, no mínimo – para não enxergar do que se trata.

Convicções flexíveis por natureza, misturadas a operações políticas de caráter individual com vistas à obtenção de vantagens. Tomemos, da lista de convidados, o mais notório entre os governistas mutantes da República.

O senador Antonio Carlos Magalhães adere ou repele governos com igual veemência, dependendo das circunstâncias. Nas atuais, precisava inverter o calendário da direção do PFL montado para o pós-eleição e ainda neutralizar o PT em Salvador, a fim de preservar-se eleitoral e politicamente na terra.

Ciente de que o requerimento de sua expulsão já estava pronto – e tem a assinatura do deputado federal e candidato do PFL à prefeitura de Porto Alegre, Onyx Lorenzoni –, o senador baiano antecipou-se, criando um pretexto para sair como se fosse por iniciativa própria.

É possível que, num primeiro momento, o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, tenha se assustado. Mas adaptou-se à nova realidade e vai anunciar sua parte nesse roteiro hoje, ao meio-dia.

Serventia da casa

Quando Bornhausen avisou que ficariam “mal na foto” os senadores pefelistas que fossem ao jantar de Lula, estava usando um eufemismo para expulsão.

Hoje, com a lista dos presentes à mão, o presidente do partido montará o trajeto da comitiva até a porta de saída. Cogitava, por exemplo, conferir a prerrogativa da apresentação de cada pedido de expulsão aos candidatos do PFL a prefeituras de capitais.

Lorenzoni permanece com o de ACM. Moroni Torgan, de Fortaleza, e Roberto Brant, receberiam outros. A atenção ontem à tarde era quanto à presença da senadora Roseana Sarney que, comparecendo, não teria privilégios. Inclusive porque esteve ciente sobre o custo da ida.

CACA AO
SENADOR
INFIEL PODE
SOMAR
VOTOS, MAS
SUBTRAI A
AUTORIDADE